





**ESTADO DO AMAPÁ**  
**PREFEITURA DE MAZAGÃO**

Lei nº 378 de 27 de novembro de 2017.

Fixa valor para os débitos judiciais a serem pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV) pelo Município de Mazagão-AP, nos termos do disposto no art. 100, §§ 3º e 4º da Constituição da República e dá outras disposições.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MAZAGÃO-AP**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu art. 37, faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1.º** - Os débitos ou obrigações do Município de Mazagão – AP, apurados em virtude de sentença judicial transitada em julgado, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, for igual ou inferior ao valor equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, poderão ser pagos mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).

**Parágrafo Único.** É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no “caput”, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta lei.

**Art. 2.º** - Os pagamentos de valores superiores ao limite previsto no artigo anterior serão requisitados por intermédio de precatórios nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

**Art. 3º** - Os débitos de que trata o art. 1º serão pagos por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor), no setor próprio da Prefeitura Municipal, à vista do ofício requisitório expedido por juízo competente, independentemente de precatório, obedecida a ordem cronológica de apresentação do ofício.

